

TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Terminal Graneleiro da Babitonga S.A.  
São Francisco do Sul - SC

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção ao fato de a Companhia estar em fase pré-operacional e a continuidade de seus investimentos, bem como o início das operações da Companhia, até o momento em que possa gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, depende de recursos a serem obtidos sob a forma de aporte de capital pelos acionistas e/ou financiamentos a serem contratados. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outros assuntos

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório foi datado de 23 de julho de 2021, o qual não conteve modificações, todavia, incluiu incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional semelhante à incluída acima.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de agosto de 2022.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.  
CRC 2/SP 015165/O-8

  
Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - SC

# TGB - TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	823	591	Fornecedores	8	842	259
Duplicatas a Receber		1	-	Partes relacionadas	11.2	6.118	5.412
Impostos a recuperar	5	3	3	Obrigações sociais e trabalhistas	9	4	50
Outros créditos	6	-	1	Obrigações tributárias	10	221	178
		<u>827</u>	<u>595</u>	Outras contas a pagar		-	-
						<u>7.185</u>	<u>5.899</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	7	<u>95.356</u>	<u>95.391</u>	Fornecedores	8	-	439
		<u>95.356</u>	<u>95.391</u>	Partes relacionadas	11.2	4.109	3.061
				Obrigações tributárias	10	164	165
						<u>4.273</u>	<u>3.665</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	13	155.378	153.478
				Reserva de capital		691	691
				Prejuízos acumulados		<u>(71.344)</u>	<u>(67.747)</u>
						<u>84.725</u>	<u>86.422</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>96.183</u></u>	<u><u>95.986</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>96.183</u></u>	<u><u>95.986</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de vendas		-	-
(-) Custo dos serviços prestados		-	-
(=) Lucro bruto		-	-
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(3.243)	(1.508)
Despesas com pessoal - Operacionais	14	(75)	-
Outras despesas operacionais	14	(19)	(6)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		(3.337)	(1.514)
Receitas financeiras	15	513	3
Despesas financeiras	15	(780)	(590)
(=) Resultado financeiro líquido		(267)	(587)
(=) Prejuízo antes das provisões tributárias		(3.604)	(2.101)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
(=) Prejuízo do exercício		(3.604)	(2.101)
Prejuízo por ação		(0,01)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

---

	2021	2020
Prejuízo do exercício	<u>(3.604)</u>	<u>(2.101)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(3.604)</u></u>	<u><u>(2.101)</u></u>
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	<u>(3.604)</u>	<u>(2.101)</u>
	<u><u>(3.604)</u></u>	<u><u>(2.101)</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# TGB - TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de capital	(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	Total
	Capital integralizado	Capital a integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	298.977	(145.499)	691	(65.646)	88.523
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.101)	(2.101)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.977	(145.499)	691	(67.747)	86.422
Capital à Integralizar		1.900			1.900
Ajuste de Exercícios anteriores				7	7
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.604)	(3.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>298.977</u>	<u>(143.599)</u>	<u>691</u>	<u>(71.344)</u>	<u>84.725</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# TGB - TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(3.604)	(2.101)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Encargos de empréstimos e financiamentos	713	563
Depreciação e amortização	48	48
	(2.843)	(1.490)
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Outros créditos	1	4
Duplicatas a Receber	(1)	-
Impostos a recuperar	-	-
Fornecedores	144	(68)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(4)	99
Outras contas a pagar	-	(3)
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.703)	(1.458)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(13)	(2)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(13)	(2)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.048	2.000
Integralização de capital social	1.900	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.948	2.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	232	540
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	591	51
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	823	591
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	232	540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A TGB - Terminal Graneleiro da Babitonga S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2012, tendo Sede no Município de São Francisco do Sul/SC, na Rua Walter Rhinow, 2886, poste 43, bairro Laranjeiras, tendo o propósito de estudo, desenvolvimento e implantação de um terminal portuário privativo, a fim de prestar serviços portuários, notadamente para o setor do agronegócio brasileiro.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e deverá contar com o suporte financeiro de seus acionistas e eventuais financiadores para execução das obras de implantação do terminal portuário.

A Companhia está trabalhando na estruturação financeira para fins de implementação das obras portuárias através de financiamentos estruturados de projeto.

COVID-19

Tendo em vista o atual cenário do país, decorrente da pandemia do COVID-19 caracterizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Companhia vem adotando medidas protetivas visando preservar a vida, a saúde e a integridade física de seus colaboradores e comunidade local:

- (i) Estabelecimento de estratégias de divulgação de plano preventivo interno, buscando transmitir informações e as melhores práticas de prevenção do Coronavírus;
- (ii) Higienização contínua dos ambientes com álcool gel 70% e fornecimentos de máscaras a todos os colaboradores;
- (iii) Distanciamento Social em todos os ambientes de trabalho, refeitórios e alojamentos;
- (iv) Afastamento domiciliar, com monitoramento diário de todos os colaboradores que apresentarem sintomas relacionados ao COVID-19;
- (v) Recomendação de regime de "home office" para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e seja considerada como essencial para manter a capacidade mínima necessária de funcionamento da Companhia;
- (vi) Afastamento de todos os colaboradores considerados grupo de risco.

A Companhia está exposta em decorrência dos efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis, em especial a eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como, por exemplo, nas seguintes áreas: Recuperabilidade de Ativos, Mensuração do Valor Justo, Provisões e Contingências Ativas e Passivas, Provisões para Perdas Esperadas.

Mesmo diante dessas medidas, até o momento não foi possível concluir os reais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia permanece comprometida com a segurança de seus colaboradores e das comunidades das regiões onde atua, norteadas pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária (Leis nºs 11.638/07 e 6.404/76) e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de agosto de 2022 e serão posteriormente aprovadas em Assembleia do Conselho de Administração.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### b) Moeda e funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

#### d) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

##### Classificação e mensuração

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

##### Classificação - ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais.

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

### 3.3. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido, quando aplicável.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

#### Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### 3.4. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### Outras provisões

No decorrer do presente exercício foram constituídas tão somente provisões para o pagamento do Imposto Sobre Operações Financeiras, para pagamento de férias, 13º salário e encargos sociais, estes que, são provisionados de acordo com os direitos adquiridos pelos colaboradores durante o exercício.

### 3.6. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

### 3.7. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

### 3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

#### Impostos correntes

A Companhia é tributada pelo lucro real. A alíquota do IR é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10% conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

#### Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento	43	-
Aplicações financeiras	780	591
	<u>823</u>	<u>591</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF a recuperar	1	-
IRRF s/ aplic finan. a recuperar	2	3
	<u>3</u>	<u>3</u>

6. Outros créditos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento a fornecedores	-	1
	<u>-</u>	<u>1</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

	Taxas (%)	31/12/2021		31/12/2020
		Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido
Terrenos	-	94.693	-	94.693
Edificações	4	1.003	(363)	640
Aparelhos telefônicos	10	7	(3)	4
Equipamento para processamento de dados	20	21	(20)	1
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	23	(11)	12
Móveis e utensílios	10	15	(9)	6
Total do imobilizado líquido		<u>95.762</u>	<u>(406)</u>	<u>95.356</u>

Demonstramos a seguir, a movimentação do imobilizado para os exercícios de 2020 e 2019:

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2021
Terreno	94.693	-	-	-	94.693
Edificações	677	3	-	(40)	640
Aparelhos Telefônicos	5	-	-	(1)	4
Equipamento para processamento de dados	5	-	-	(4)	1
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4	10	-	(2)	12
Móveis e utensílios	7	-	-	(1)	6
	<u>95.391</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>(48)</u>	<u>95.356</u>

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2019	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Terreno	94.693	-	-	-	94.693
Edificações	718	-	-	(40)	678
Aparelhos Telefônicos	5	-	-	(1)	4
Equipamento para processamento de dados	9	-	-	(4)	5
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4	2	-	(2)	4
Móveis e utensílios	8	-	-	(1)	7
	<u>95.437</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(48)</u>	<u>95.391</u>

Em 03 de julho de 2015, foi efetivado um aumento de capital no montante de R\$ 72.059.824, mediante cessão para a Companhia de terreno, o qual foi valorizado com base em laudo de avaliação de lucros futuros decorrente de projeto de investimentos a serem realizados. Dessa forma, por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou a empresa Cushman & Wakefield como avaliadores independentes para a preparação de laudo objetivando testar o valor recuperável do terreno e das suas edificações, componentes principais do ativo imobilizado.

Em 15 de agosto de 2019, os avaliadores emitiram seu laudo o qual demonstrou um valor de impairment de R\$ 48.839.648, que foi registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Como o laudo foi preparado em agosto de 2019 e os imóveis não sofreram modificações estruturais, a Administração da Companhia utilizou o mesmo laudo para fins de encerramento das suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, não tendo apresentado indícios de variações em relação às premissas de impairment aplicadas naquela data.

TERMINAL GRANELEIRO DA BABITONGA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

8. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de mercadorias - nacionais	10	1
Fornecedores de serviços - nacionais	832	697
	<u>842</u>	<u>698</u>
Circulante	842	259
Não circulante	-	439

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e ordenados a pagar	-	2
Pró-labore a pagar	-	10
FGTS a recolher	-	-
INSS a recolher	-	34
Provisões de férias e encargos	4	4
	<u>4</u>	<u>50</u>

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS e COFINS a recolher	-	-
IRRF a recolher	-	70
IRRF retido a recolher	24	2
INSS retido a recolher	-	-
PIS/COFINS/ISS retido a recolher	75	6
IOF s/ mutuo a recolher	-	36
Parcelamento IRRF	114	71
Parcelamento CSRF	-	2
Parcelamento INSS	138	156
	<u>351</u>	<u>343</u>
Circulante	187	178
Não circulante	164	165

11. Partes relacionadas

11.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por quatro membros, e por uma Diretoria Executiva composta por três membros, dos quais apenas dois foram nomeados.

A remuneração de pessoal-chave da Administração, referente a benefícios de curto prazo de R\$ 26 (R\$ 615 em 31 de dezembro de 2020), incluindo neste montante pró-labore e contribuições a seguridade social, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11.2. Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos das transações com partes relacionadas podem ser demonstrados conforme abaixo:

Passivo	Operação	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Cain Capital Infrastructure - Notas promissórias	Empréstimos e Financiamentos	CDI + 0,7% a.m.	6.118	5.412
Alexandre Fernandes	Mútuo	-	3.525	2.477
Antônio Carlos Fernandes	Mútuo	-	425	425
André Fernandes	Mútuo	-	106	106
Lucimara Andreia Faustino	Mútuo	-	53	53
			<u>10.227</u>	<u>8.473</u>
Circulante			6.118	5.412
Não circulante			4.109	3.061

Os recursos obtidos através dos contratos de mútuo firmados pela Companhia foram cedidos sem encargos ou qualquer outro tipo de atualização.

Cronograma de vencimento dos empréstimos com partes relacionadas

Os vencimentos dos empréstimos com partes relacionadas no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
2021	6.118	-
2022	-	3.061
2023	4.109	-
	<u>10.227</u>	<u>3.061</u>

12. Provisões para contingências

Como parte do curso normal de seus negócios, a Companhia pode vir a se tornar parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. Conforme indicado pelos assessores jurídicos da Companhia, não existem contingências classificadas como perda "provável".

### 12.1. Arbitragem Cofco International Brasil S.A.

Em 10 de julho de 2018, a acionista da Companhia Cofco International Brasil S.A. apresentou requerimento de arbitragem, por meio do qual requereu: i) a rescisão do contrato de Take-or-Pay firmado com a Companhia; ii) a rescisão do SPA, por meio do qual a Cofco International Brasil S.A. se tornou acionista da Companhia; iii) devolução dos valores investidos na Companhia os quais foram estimados em R\$ 73.311.561 naquela data e iv) que o encerramento dos contratos não acarretasse em qualquer ônus para a Cofco International Brasil S.A.

A Companhia, em reconvenção, pleiteou a indenização pelos danos decorrentes do atraso que a COFCO causou ao projeto, além do ressarcimento da parte que cabia a COFCO das custas relacionadas à arbitragem anterior, entre a Companhia, FIP Anessa e Jamal Al Ghurair (JAGCO).

Em outubro de 2020, o Tribunal Arbitral rejeitou todos os requerimentos formulados pela COFCO, declarando a validade do contrato de Take-or-Pay e do SPA, não sendo o caso de devolução de qualquer valor à COFCO. Além disso, reconheceu a obrigação da COFCO de arcar com parte das custas incorridas pela Companhia e por FIP Anessa em razão da arbitragem com JAGCO.

Em 23 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral declarou encerrada a instrução sobre as questões e controvérsias objeto da segunda fase da arbitragem e determinou que as Partes apresentem: (i) alegações finais da segunda fase da arbitragem; e (ii) comprovantes das despesas incorridas no curso do procedimento, e se manifestem sobre o índice de correção monetária que pretendem ver aplicável para a atualização dessas despesas.

Em outubro de 2021, o Tribunal Arbitral expediu a sentença referente à segunda fase da arbitragem. Condenou a COFCO ao pagamento de R\$ 1.418.086,01 (um milhão, quatrocentos e dezoito mil, oitenta e seis reais e um centavo), correspondente ao ressarcimento de parte das custas despendidas pelo FIP Anessa na arbitragem com JAGCO. Além disso, condenou a COFCO a arcar com 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas referentes ao procedimento arbitral em questão, devendo reembolsar à Companhia e ao FIP Anessa o valor total histórico de R\$ 908.946,26 (novecentos e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos).

Em dezembro de 2021, a COFCO realizou os pagamentos a que foi condenada, cumprindo integral e voluntariamente a condenação pecuniária prevista na sentença arbitral. Dado o cumprimento voluntário, a não apresentação de pedido de esclarecimentos e ao fato de que nenhuma das partes pleiteou a nulidade da sentença arbitral no prazo legal, a sentença arbitral foi coberta pela coisa julgada material.

Diante do cumprimento voluntário da sentença arbitral e arquivamento do procedimento, a administração, em 31 de dezembro de 2021, não constituiu qualquer registro contábil.

### 13. Patrimônio líquido

#### 13.1. Capital social

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 298.976.453,19 (duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e três Reais e dezenove centavos) e o capital a integralizar remanescente no montante de R\$ 143.598.796 (cento e quarenta e três milhões, quinhentos e noventa e oito mil e setecentos e noventa e seis Reais).

O capital autorizado da Companhia é dividido em 310.812.051 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal. A composição societária em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segue conforme quadro a seguir:

Acionista	Participação (%)
FIP-Anessa - Fundo de Invest. e Participações em Infraestrutura ANESSA	65,2
COFCO International do Brasil	9,8
Jamal Majid Ahmad Al Guhrair	25
	<u>100</u>

#### 13.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### 13.3. Reserva de capital

A Lei nº 6.404/1976, em seu artigo 182, destaca que serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

Desta forma, quando das integralizações de capital na Companhia, os valores de ação utilizados foram baseados no Patrimônio Líquido, sendo que o Patrimônio Líquido é menor que o Capital Social. Quando os acionistas integralizaram recursos à Companhia, parte desse montante vai quitar o preço da ação e compor o Capital Social e parte foi destinado para a reserva de capital

14. Despesas por natureza

As despesas gerais e administrativas, outras despesas operacionais, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Despesas por natureza	2021	2020
Despesa com pessoal	(75)	(858)
Viagens e representações	(24)	(26)
Aluguel	-	-
Serviços de terceiros	(3.105)	(507)
Depreciação	(48)	(49)
Utilidades e serviços	(9)	(8)
Despesas com veículos	(2)	(6)
Propaganda e publicidade	(3)	(4)
Despesas não dedutíveis	(2)	-
Custas judiciais	-	-
Impostos e contribuições	(20)	(6)
Recuperação de despesas administrativas	-	-
Manutenção e Reparos	(1)	(1)
Limpeza e conservação	-	(2)
Outros	(48)	(47)
	(3.337)	(1.514)
Despesas por função	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	(3.337)	(1.508)
Outras receitas não operacionais	-	-
Outras despesas operacionais	-	(6)
	(3.337)	(1.514)

As despesas com serviços de terceiros em sua maioria estão representadas por honorários advocatícios relacionadas ao êxito alcançado em ação arbitral, conforme descrito no item 12.1.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de Reais)

15. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	-	946
Variações de Câmbio	-	-
Indenizações Recebidas	497	-
Outras Receitas	8	-
Descontos obtidos	8	-
Receitas financeiras	<u>513</u>	<u>946</u>
Juros passivos	(50)	(23.017)
Despesas bancárias	(2)	(2.836)
Multas dedutíveis	-	(5.326)
Encargos sobre parcelamentos tributários	(17)	-
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	<u>(712)</u>	<u>(543.597)</u>
Despesas financeiras	<u>(781)</u>	<u>(574.776)</u>
	<u>(268)</u>	<u>(573.830)</u>

16. Cobertura de seguros

Em função de estar em fase pré-operacional, a Companhia não possui seguros contratados para o terminal portuário.

17. Instrumentos financeiros

17.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Administração opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

17.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

### 17.3. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do '*hedge*' das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

### 17.4. Risco de crédito

A política da Administração considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

### 17.5. Risco de liquidez

É o risco de a Administração não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

## 18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes a serem relatados.